



LEI ORDINÁRIA Nº 330

de 17 de dezembro de 1999

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Chapadão do Sul-MS, para o exercício de 2.000".

O Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Chapadão do Sul - MS, para o exercício financeiro de 2.000, estima a receita e fixa a despesa em igual valor de R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais) discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

Art. 2º - A Receita decorrerá da arrecadação de tributos e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta Lei, de acordo com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS DO TESOURO

1.1 RECEITAS CORRENTES

- <i>Receita Tributária</i>	<i>R\$ 930.000,00</i>
- <i>Receita Patrimonial</i>	<i>R\$ 30.000,00</i>
- <i>Transferências Correntes</i>	<i>R\$ 6.545.000,00</i>
- <i>Outras Receitas Correntes</i>	<i>R\$ 385.000,00</i> <i>R\$ 7.890.000,00</i>
1.2 RECEITAS DE CAPITAL	
- <i>Operação de Crédito</i>	<i>R\$ 50.000,00</i>
- <i>Alienação de Bens</i>	<i>R\$ 10 000,00</i>
- <i>Amort. De Empréstimos</i>	<i>R\$ 20.000,00</i>
- <i>Transferências de Capital</i>	<i>R\$ 130.000,00</i>
- <i>Outras Receitas de Capital</i>	<i>R\$ 0,00</i> <i>R\$ 210.000,00</i>
TOTAL	<i>R\$8.100.000,00</i>

Art. 3º - A Despesa total do Orçamento ascende a R\$ 8.100.000,00 (oito milhões e cem mil reais) importando o Orçamento Fiscal em R\$ 6.572.200,00 (seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil e duzentos reais) e o Orçamento de Seguridade Social em R\$ 1.527.800,00 (hum milhão, quinhentos e vinte sete mil e oitocentos reais).

Art. 4º - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, observado o seguinte desdobramento:

DESPESA

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

<i>- Despesas Correntes</i>	R\$ 6.050.500,00
<i>- Despesas de Capital</i>	R\$ 2.049.500,00
TOTAL	R\$ 8.100.000,00

I - DESPESAS POR ÓRGÃOS

- PODER LEGISLATIVO

0100 Câmara Municipal R\$ 573.600,00

II - PODER EXECUTIVO

<i>0200 Gabinete do Prefeito</i>	<i>R\$ 196.000,00</i>
<i>0300 Assessoria Jurídica</i>	<i>R\$ 32.000,00</i>
<i>0400 Assessoria de imprensa</i>	<i>R\$ 36.000,00</i>
<i>0500 Divisão de Administração</i>	<i>R\$ 305.000,00</i>
<i>0600 Divisão de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos</i>	<i>R\$ 2.468.600,00</i>
<i>0700 Divisão de Educação, Cultura e Esportes</i>	<i>R\$ 2.133.500,00</i>
<i>0800 Divisão de Saúde e Higiene Pública</i>	<i>R\$ 898.800,00</i>
<i>0900 Divisão de Promoção Social</i>	<i>R\$ 744.500,00</i>
<i>1000 Divisão de Agricultura</i>	<i>R\$ 203.000,00</i>
<i>1100 Encargos Gerais do Município</i>	<i>R\$ 260.000,00</i>
<i>1200 Divisão de Finanças</i>	<i>R\$ 249.000,00</i>
<i>TOTAL DA DESPESA COM RECURSOS DO TESOURO R\$ 8.100.000,00</i>	

Art. 6º - Em decorrência do disposto no artigo 66 e seus parágrafo único, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, fica o Executivo Municipal autorizado a movimentar por órgãos centrais de controle as dotações atribuídas as diversas unidades orçamentárias e a redistribuir parcelas das dotações de pessoal e encargos sociais de uma para outra unidade.

Art. 7º - Ficam aprovadas, conforme especificações quadros anexos

I - O orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, vinculado a DIVISÃO DE SAÚDE E HIGIENE PÚBLICA, que estima a receita e fixa a despesa para exercício de 2.000, em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

II - O orçamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, vinculado a DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.000, em R\$ 41.000,00 (vinte e um mil reais).

III - O orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, vinculado a DIVISÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.000, em R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais).

IV - O orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA, vinculado aos ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO, sob a supervisão da DIVISÃO DE FINANÇAS, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício 2.000, em R\$ 700.000,00 (quatrocentos mil reais).

V - Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, vinculado a DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA, e estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2.000, em R\$ 761.000,00 (setecentos e sessenta e um mil reais).

Art 8º - As autorizações contidas no artigo 6º desta Lei, são extensivas aos orçamentos dos FUNDOS de que tratam os incisos I a V do Art. 7º.

Art. 9º - Esta LEI entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.000, revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Sul MS, 17 de Dezembro de 1999.

JOÃO CARLOS KRUGPrefeito Municipal

Lei Ordinária N° 330/1999 - 17 de dezembro de 1999

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em